

# *O Mosteiro-cidade na Génese e Desenvolvimento Urbano: Uma interpretação do espaço*

MANUEL JOAQUIM MOREIRA DA ROCHA

## **Resumo**

*Para a interpretação do espaço monástico como estrutura urbana buscou-se a sua origem na cidade planeada definida pela civilização romana, cruzando com as propostas de cidades ideais de Santo Agostinho e S. Bernardo. Desses fundamentos resultou a estruturação dos espaços monásticos ocidentais.*

*Analisa-se a influência que o Mosteiro exerceu sobre o desenvolvimento das vilas e cidades onde se implantam, analisando o caso concreto do Mosteiro de Santa Maria de Arouca e a Vila de Arouca.*

## **Abstract**

*The interpretation of the monastic space, seen as an urban structure, is based on the study of its origin within the Roman city planning followed by a cross-study of St. Augustine and St. Bernard's suggestions of the ideal city. These are the foundations of western European monastic spaces.*

*The study also analyses the influence of Monasteries on the growth of nearby villages and towns, examining the specific case studies of the Monastery of Santa Maria da Feira and the Monastery of Vila de Arouca.*

## **0. Introdução**

Com o declínio do mundo greco-latino, onde a cidade, planeada e fundada *ex-novo*, seguia dois eixos viários principais – o *cardo* e o *decumanus* -, e funcionava como célula da organização administrativa e territorial, o Mosteiro impõe-se como

guardião cultural desse legado. O planeamento do espaço monástico, constituído por pluri-funções, segue o ideário de concepção racional nos seus multiplicados espaços, segundo uma lógica onde as várias funções dos monges se desenvolviam em locais previamente definidos. Tal como na cidade romana, a cada construção do macro-espaço monástico correspondia uma função pré-determinada. A planta ideal de S. Gall, do século IX, é demonstrativa desses princípios de planeamento urbano. Ideias que persistem durante toda a Idade Média e transitam para os tempos modernos, funcionando os Mosteiros com uma organização interna, cuja génese radica no urbanismo romano, articulada com as necessidades funcionais da vivência monástica.

Por seu turno, tanto em Portugal como no Brasil, os Mosteiros foram instituições promotoras do fenómeno urbano, gerando à sua volta aglomerados habitacionais que dependiam das necessidades monásticas, condicionando e promovendo tanto o desenvolvimento urbano como as instituições que referenciam a vida pública. Os Mosteiros impõem-se no universo português dos séculos XVI, XVII e XVIII como pólos de desenvolvimento da estrutura e da vivência urbana.

Para ilustrar essa aproximação metodológica escolheu-se o Mosteiro feminino de Santa Maria de Arouca, que é, analisado como estrutura urbana e como promotor da organização habitacional do aglomerado que o comporta. Dialética entre Mosteiro, instituições públicas e malha urbana, numa perspectiva sincrónica e diacrónica.

### **1. O Mosteiro-Cidade: uma interpretação do espaço monástico**

A Regra de S. Bento define o Mosteiro como um espaço autónomo, segregado da realidade mundana, por um muro, encontrando-se para dentro desse limite tudo quanto fosse necessário para pôr em prática o princípio da auto-suficiência. Da oração ao lazer, do trabalho à alimentação, do colectivo ao individual, o mosteiro é, como produto humano, um reflexo funcional de todas as necessidades dos homens que o habitam em regime de exclusão social. Como salienta o *capítulo 66* da Regra, “*o Mosteiro se for possível edifique-se de maneira, & em parte, que tenha da porta a dentro tudo o que for necessario, convem a saber, agoa, moinho, horta, forno & todos os officios se exercitem dentro do Mosteiro, porque não tenham os monjes necessidade de andarem vagueando por fora, por que totalmente não convem para suas almas*”. De facto, o Mosteiro é uma edificação plural, composta por um conjunto de espaços destinados a satisfazer as necessidades dos diferentes membros da colectividade.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> DIAS, Geraldo J. A. Coelho – Do Mosteiro Beneditino Ideal ao Mosteiro de S. Bento da Vitória. História, espaços e quotidiano dos monges. In. *O Mosteiro de S. Bento da Vitória Quatrocentos Anos*. Porto: Arquivo Distrital do Porto, 1997, p. 23.

Não cabe no nosso propósito fazer um estudo sobre origem da organização espacial dos mosteiros ocidentais. Mas olhando-os no seu conjunto, quer no tempo e no espaço, quer na cidade ou no campo, detectam-se determinantes constantes, sobretudo ao nível da planta.

Dominantes que têm a ver, em primeiro lugar com a pervivência das funções para que foram construídos: funções litúrgicas, funções contemplativas, funções domésticas, funções intelectuais ou funções económicas e administrativas. A qualidade arquitectónica dessa resposta depende, em primeiro lugar da riqueza da comunidade,<sup>2</sup> como o sucesso da fundação e longevidade de cada mosteiro está directamente relacionada com a piedade, a política e o pragmatismo desenvolvidos pela instituição, devendo a arquitectura ser entendida com resultante dessa bipolaridade entre as necessidades do grupo, e o investimento dispensado na construção.<sup>3</sup>

Pela pluradidade das funções, como pela diversidade de espaços o Mosteiro pode ser entendido como uma cidade.<sup>4</sup>

As plurais funções vividas pela comunidade monástica exigiam organização e sistematização dos espaços de fruição. Onde radica a origem dessa organização?

É ampla a assimilação cultural e artística que o cristianismo fez do mundo romano nos primeiros séculos da era cristã, dando um novo significado simbólico tanto a tradições como a formas de expressão e construção. É bem conhecida a organização racional de cidades de fundação romana a partir dos seus dois eixos viários fundamentais – *decumanus maximus* e o *cardo maximus* – que culminavam na praça central – o *forum* –, de base quadrangular; como a hierarquização dos espaços públicos de acordo com as funções para que foram criados. De forma equivalente na organização espacial monástica os locais para os distintos membros da comunidade eram reagrupados, como a noviciaria, a hospedaria e a enfermaria, enquanto todas as actividades que marcavam o quotidiano dos religiosos se organizavam à volta do claustro, como refeições, reuniões, repouso, leitura, etc.<sup>5</sup> Cidades planeadas, segundo a métrica da régua e do compasso, que sobrevivem durante a Alta Idade Média, em muitos locais da Europa latina. Não estará porventura aqui o germén da organização dos espaços monacais a partir de uma regularização sistemática que se torna por demais evidente no claustro? É interessante que quando Vitruvius teoriza sobre a fundação da cidade, e prevendo o seu arranjo dentro de muralhas organize todo o espaço urbano em função dos quatro pontos cardeais.<sup>6</sup>

<sup>2</sup> KINDER, Terry N. – *L'Europe Cistercienne*. Loiret: Zodiaque, 1997. p. 107.

<sup>3</sup> Idem – ibidem, p. 9

<sup>4</sup> BORGES, Nelson Correia – *Arte Monástica em Lervão – Sombras e Realidade*. Vol I. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992. Tese de Doutoramento em História da Arte. p. 333.

<sup>5</sup> KINDER, Terry N. – op. cit. p. 105-106.

<sup>6</sup> Tradução nossa: “*Uma vez terminadas as muralhas circundantes, no seu interior faremos a distribuição da sua superfície, praças e ruas em direção ao quatro pontos cardeais*”. VITRUVIO POLIÓ, Marco Lucio – *Los Diez Libros de Arquitectura*. Madrid: Alianza Editorial, 1995. p. 81.

Mas o contexto em que nos encontramos é de natureza religiosa-cristã. Vale a pena colher informações sobre forma da cidade ideal, a Jerusalém Celeste, no livro do Apocalipse.<sup>7</sup>

A cidade ideal de Jerusalém acusava uma planimetria regular. Era cercada por muralhas e a sua espacialidade formava um quadrado.

Era a cidade para os escolhidos viverem segundo os princípios das leis divinas, e toda ela era impregnada do espírito de Deus, cuja face visível era para os homens o Cordeiro, ou seja Jesus Cristo a quem competiu a função de abrir o paraíso terrestre depois do pecado de Adão e Eva e da conseqüente expulsão do Paraíso.<sup>8</sup>

Analise-se agora este assunto que nos vem prendendo numa outra perspectiva.

Se o texto fundamental dos cistercienses se fundamenta numa reinterpretação da Regra de S. Bento, é mais que natural que o plano construtivo do Mosteiro reflita também uma apropriação do modelo formal usado pelos beneditinos. O plano mais antigo de um mosteiro beneditino que se conhece remonta ao início do século IX, e funcionou como modelo das construções monacais posteriores. Falamos de um modelo teórico, porquanto essa organização espacial nunca foi reproduzida na prática, cuja planta se guarda na biblioteca de Saint-Gall, na Suíça.

Olhando-a apreende-se uma regularização extrema dos espaços, fundamentalmente a partir da linha recta, com todas as oficinas, espaços verdes de hortas e pomares, submetidos a uma ordenação quadrangular que se desenvolvem à volta de um centro ocupado pela igreja e principalmente pelo claustro. Linearismo e quadratura parecem ter sido a base desta organização planimétrica, que se expressa na funcionalidade e se reflecte na regularização e simetria do posicionamento dos elementos arquitectónicos do conjunto monástico.<sup>9</sup> Não podemos esquecer que estamos em pleno renascimento carolíngio e que a política de Carlos Magno se alicerçava, ideologicamente, no fausto imperial romano e nos princípios doutrinários do mundo católico, do mundo de Deus, sendo as âncoras da sua acção os saberes desenvolvidos nas abadias monacais.

Uma outra linha de pensamento radica no grande mestre que foi Santo Agostinho, na sua *Cidade de Deus*, remetendo-nos para uma interpretação simbólica da cidade. Considera a existência de duas cidades. “*a terrena e a celeste que estão*

---

<sup>7</sup> Ap. III, 10-23.

<sup>8</sup> DELUMEAU, Jean – *Uma História do Paraíso. O Jardim das Delícias*. Lisboa: Terramar, 1994. p. 40-50.

<sup>9</sup> O desenho é atribuído a Hauto, uma das figuras mais proeminentes da corte de Carlos Magno, que o elaborou no primeiro quartel do século IX. Ver EATON, Ruth – *Ideal Cities Utopianism And The (Un) Built Environment*. Londres: Thames & Hudson, 2002. p. 35-37.

*interligadas e de certo modo misturadas uma na outra no século presente*”,<sup>10</sup> num contexto situacional dialético entre o bem e o mal; uma tem como fim a harmonia divina – Jerusalém – outra marcada por ódios e perversa – Babilônia,<sup>11</sup> sendo as duas produto da vontade humana, como afirmou ao dizer: “*Dois amores fizeram as duas cidades: o amor de si até ao desprezo de Deus – a terrestre; e o amor de Deus até ao desprezo de si – a celeste*”.<sup>12</sup> A cidade celeste era a glorificação máxima da Igreja, sendo a cidade santa, o local onde homens e anjos viviam em plena liberdade, e de onde estava irradiado todo o mal.<sup>13</sup> Em contrapartida a cidade terrestre, como apanágio do mal, no seu entender, fora fundada pelos romanos, porque o assassinato de Remo por seu irmão Rômulo, lançara a semente do ódio, e foi justificado pela falta de espaço de manobra para ambos disputarem o poder da mesma cidade.<sup>14</sup>

Na Idade Média o tema da cidade ideal será retomado nos sermões de S. Bernardo, avançando o conceito ao explicitar a localização dessa cidade ideal – a Jerusalém Celeste – no espaço monacal. Segundo o autor, o local privilegiado para a depuração física do homem e comunhão espiritual com Deus realizava-se na cidade ideal de Jerusalém que correspondia ao MOSTEIRO.

Tanto o mosteiro, enquanto casa de Deus, como o claustro, deviam, segundo preconiza S. Bernardo, ser construídos à semelhança da Jerusalém Celeste.<sup>15</sup> Assim, a regularidade dos espaços monásticos encontra uma explicitação que entronca nos alicerces do pensamento cristão.

E da teoria à prática como se passavam as coisas? Ou seja, observemos a composição espacial, ao nível do plano, da Jerusalém Celeste aroucaense.



Fig. 1: O complexo monástico de Arouca.

<sup>10</sup> SANTO AGOSTINHO – *A Cidade de Deus*. Vol. II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991. p. 988.

<sup>11</sup> DRONKE, Peter – *A Simbólica do Espaço*. Lisboa: Ed. Espaço, 1991. p. 29.

<sup>12</sup> SANTO AGOSTINHO – op.cit., p. 1319.

<sup>13</sup> Sobre o assunto das cidade utópica e ideal ver NEVES, Mário Nuno – *As Utopias e a Cidade*. Col. Cadernos do Mosteiro, n. 4. Maia: Câmara Municipal da Maia, 2001.

<sup>14</sup> SANTO AGOSTINHO – op. cit. p. 1335.

<sup>15</sup> LEKAI, Louis J. – *Los Cistercienses. Ideales y Realidad*. Barcelona: Ed. Herder, 1987. p. 344-345.

Antes de mais importa alertar que alguns trechos dos muros, ou se preferirmos um termo mais urbano, a muralha que limitava o Mosteiro da vila circunvizinha, alguns trechos desapareceram logo após a extinção da Instituição em finais do século XIX quando se construiu a estrada que ligou o concelho de Arouca ao litoral. Outros muros foram demolidos posteriormente. Os limites mantêm-se ainda, com algumas sequelas nas partes nascente, este e sul, deixando o mosteiro completamente exposto – esventrado – na parte Norte. Aí se localizavam, dentro dos muros, o conjunto da igreja de S. Bartolomeu e torre sineira, envolvido por pequeno adro. Na continuação desse *terminus*, para sul, o acesso principal à cidade ideal, por um portal de aparato, que ligava o exterior com o Terreiro – actualmente, praça aberta limitada pelo dormitório das portarias, casa dos Padres e celeiro. O pórtico permanece desmontado perdendo-se, cada ano que passa, elementos que o constituíam.

Na continuação da cerca, situada a Este do Mosteiro, e já em meia encosta a quinta de Pala. Seguindo a hospedaria dos Padres para Sudeste, e acompanhando o percurso do rio Marialva, a quinta de Aborrida, onde se situava o lagar de azeite do século XVI, mandado construir por D. Melícia Melo, e recentemente demolido por incúria e ignorância do seu valor patrimonial.

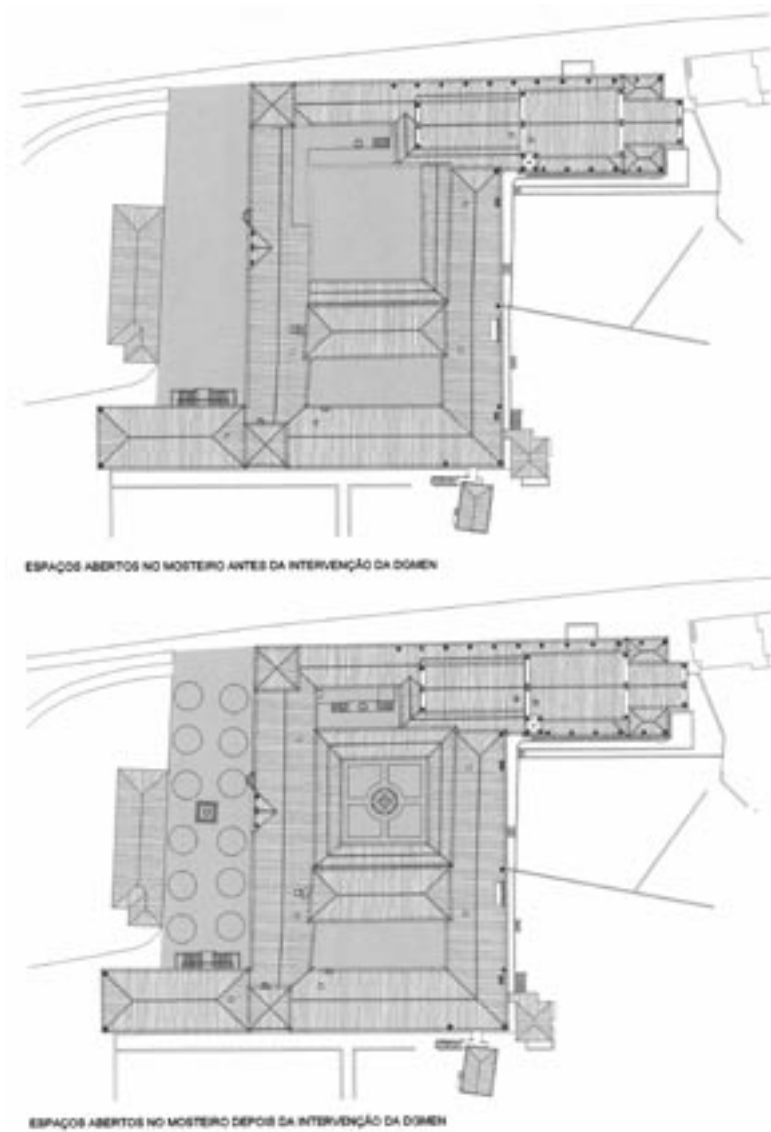
A área ocupada pelo mosteiro – sem incluir cerca e quintas, era superior à da vila, definindo a construção um rectângulo, com o eixo maior no sentido norte sul. A cortar a regularidade, o avanço de dois corpos rectangulares, um no topo nordeste – a igreja – e no topo sudoeste, o outro – o celeiro. No seu interior três espaços abertos, cuja observação se faz seguindo o eixo maior:

- pátio norte, entre dormitório nascente e claustro;
- claustro;
- pátio sul, entre refeitório e dormitório sul.

Apresentamos de seguida a disposição dos diversos corpos construídos que compõem esta cidade ideal, e a sua denominação de acordo com a classificação conferida pela Direcção dos Edifícios e Monumentos Nacionais, em 30 de Junho de 1949, no respectivo processo de obras e legenda.

1. **A – Corpo Norte**, no prolongamento da igreja e do coro;
2. **B – Corpo Poente**, ligado ao claustro e pátios interiores;
3. **C – Corpo Nascente**, ligado ao claustro e igreja;
4. **D – Corpo Sul**, entre os corpos B e C e voltado à cerca;
5. **E – Corpo da Escadaria**, no prolongamento do Corpo Sul;
6. **F – Corpo Intermédio**, ligado ao claustro e entre os corpos B e C.

O conjunto construído acusa uma profunda regularidade.



**Fig. 2** - Áreas abertas e construídas antes e depois da intervenção da DGMEN.

Os dois edifícios que se destacam, embora seguindo a continuação racional das linhas que contornam o rectângulo central - sendo o seu prolongamento natural - eram frequentados pelo público estranho à comunidade monástica. É curioso notar que no ponto de encontro dos eixos que dividem o rectângulo central em quatro secções iguais se junte também a linha diagonal que une as extremidades mais distantes da igreja e do celeiro. Não deixa também de ser interessante salientar que esse ponto se localize no claustro.

Fixemos agora a nossa análise em espaços abertos definidos no interior dos muros conventuais - *praças* - tendo na mira as funções que aí decorriam. A análise espraia-se nas sociabilidades e nas simbologias decorrentes de cada um desses locais.

Começemos pelo adro da igreja conventual.

Nele se erguiam a paroquial de S. Bartolomeu, sineira independente, e capela de S. Gonçalo. O lado sul era dominado pela fachada principal da igreja conventual, a que se seguia o coro, um lanço de dormitório e terminava no mirante norte do mosteiro.

Das duas construções que antecedem a igreja conventual, o templo dos templos, e, se atendermos aos seus santos titulares, verificamos estar na presença de dois dos pilares fundamentais da *Nova Jerusalém*, nas suas vertentes de *Igreja apostólica* e de *Igreja peregrina*.<sup>16</sup> Por um lado, S. Bartolomeu, Apóstolo, evoca um das bases da Igreja enquanto *Ecclesia apostolica*, uma vez que os apóstolos são os alicerces da construção da Igreja, sendo que a pedra angular é Cristo. A Igreja ergue-se pela entrega de vida, cujo exemplo superior radica nos Apóstolos, numa abnegação das temporalidades e dedicação exclusiva ao espírito. Por outro, estar em Igreja é um peregrinar constante, é um caminhar no Tempo segundo os modelos fornecidos por homens, que deixaram o Tempo e viveram só o espírito para se encontrarem em comunhão com Deus, ou ao encontro de Deus. Símbolo desse caminhar está S. Gonçalo, que no século XIII encetou uma peregrinação de catorze anos à Terra Santa, regressando depois a Portugal onde se dedica à pregação.

Associado a S. Bartolomeu está ainda o martírio, uma vez que foi esfolado vivo antes de morrer, como sinal da sua entrega inequívoca à causa da Igreja, resistindo a todas as tentações demoníacas. À sua representação iconográfica está associado o demónio acorrentado. Assim a cidade ideal estava devidamente protegida dos malefícios demoníacos pela protecção do titular, em cujo ca-



Fig. 3 - A igreja de S. Bartolomeu antes da demolição.

<sup>16</sup> MARTINS, Fausto Sanches – Colunas Triunfais da Igreja de S. Gonçalo de Amarante. Interpretação Simbólica, Iconográfica e Iconológica. In. *Actas do 1º Congresso Histórico de Amarante*. 1998, Sep., Amarante, 2000, p. 360.



minhar os seus habitantes – as suas monjas – podiam seguir o exemplo do caminhar/peregrinar de S. Gonçalo, e do sacrifício de S. Bartolomeu. Dois baluartes que antecedem a entrada no templo conventual, e aprofundam a função que se esperava dos santos que sobrepunham as portas das cidades medievais: protecção e erradicação do mal para fora do perímetro urbano. Esse adro recebe, por esta via, uma interpretação simbólica no contexto da cidade ideal.

Nesse adro eram sepultados os moradores da vila, e por esse espaço passavam procissões e cortejos fúnebres.<sup>17</sup> Podemos ainda visita-lo como cenário de muitas outras vivências do quotidiano religioso da população da vila, tendo em conta das algumas das funções que se realizavam regularmente na igreja de S. Bartolomeu. Se, como informa o Padre Luís Cardoso, em 1747, “*o fim para que se edificou esta Capella, foy para nella se receberem os noivos, e se ensinar a Doutrina Christã aos meninos, para que deste modo não perturbassem a Comunidade dos santos exercicios do coro*”,<sup>18</sup> por ela passavam os noivos e convivas que testemunhavam o enlace matrimonial; nela brincavam meninos no fim da catequese.

Aí se encontravam também peregrinos e romeiros, em grande número, que nos dias S. Bartolomeu quando se deslocavam à vila com a dupla função de cultuar o santo e participar na feira que a data justificava.<sup>19</sup> Foi também um local, que, em Junho de 1793, serviu para os convidados da Festa de Beatificação se passearem em lazer nos tempos mortos fora do programa oficial dos festejos.

Esta praça fechada do resto da vila servia fundamentalmente para encenação das vivências religiosas dos moradores.<sup>20</sup> Vida e morte por ela desfilaram, orações e choros, cantigas e risos ouviram aquelas paredes que a delimitavam, mas o seu clima era sem dúvida timbrado pelo som dos sinos, que alcandorados no campanário medieval anunciavam à população extra-conventual, ritmos e ritos, para que os moradores nos seus afazeres domésticos se irmanassem e elevassem o seu espírito até ao divino. Desses sinos brotaram os toques das ave-marias e dos finados, o anúncio de horas de missa e de oração individual; desses sinos marcaram-se compassos, do tempo de Deus e do tempo dos homens, aos moradores que viviam fora da clausura, e cujas vidas estavam impregnadas de clima brotante do interior da instituição monástica.

Para além da pórtico de acesso ao mosteiro, situava-se a regular praça fechada, em forma de rectângulo alongado, enquadrada pelo dormitório das portarias, celeiro e casas dos Padres, acompanhando o Mosteiro em toda a sua extensão

<sup>17</sup> AZEVEDO, D. Joaquim de – *Historia Ecclesiastica da Cidade e Bispado de Lamego*. Porto: Typographia do Jornal do Porto, 1878. p. 127.

<sup>18</sup> CARDOZO, P. Luiz – *Diccionario Geografico ou Noticia Historica de Todas as Cidades, Villas, Lugares e Aldeãs*. Lisboa: Regia Oficina Sylviana e Academia Real, 1747. p. 580.

<sup>19</sup> Idem – *ibidem*, p. 128.

<sup>20</sup> Sobre praças no espaço urbano português ver: TEIXEIRA, Manuel C. (coord.) *A Praça na Cidade Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

Oeste. Era o local por excelência que expressava as relações da instituição com o mundo exterior, e da sua dependência do mundo extra-claustral. Era um espaço transitório de vaivém humano diário, por onde passavam todos quantos, embora estranhos ao Mosteiro, dele dependiam nas mais variadas valências, e por onde circulavam, vindos de longe, carregamentos de bens indispensáveis ao quotidiano monástico. Pelo Terreiro deambulavam famílias para matar saudades das suas religiosas recolhidas; por aí passavam representantes dos poderes temporais e espirituais a fim de tratar de assuntos do interesse colectivo e privado da instituição. Aqui tiveram lugar festas e encenações reflexo das laicidades. Era a praça pública da cidade monástica.

As construções que a dominam expressam precisamente o carácter desse local. Fechada por pórtico que a segregava do espaço urbano da vila, encontrava-se do lado oposto o celeiro antecedido de uma sumptuosa escadaria de aparato que levava os foreiros ao interior da instituição. Era esse o eixo maior do Terreiro, a cujos lados se encontrava a casa dos Padres, ou *Hospedaria da Abadessa*, e o *Corpo Poente* do Mosteiro. Naquela residiam permanentemente os monges que acolitavam a prelada nas suas funções administrativas e religiosas, e nela se recolhiam todos os membros ilustres do clero – como o bispo ou o dom abade de Alcobaça – quando em visita regular à instituição. No lado oposto, as duas portarias do mosteiro, os locutórios, os aposentos da abadessa e os dois torreões de regalo de onde as religiosas distendiam o seu espírito em práticas de descontração – os mirantes. Ao lado do celeiro um outro pórtico que permitia o acesso para a zona da Aborrida e *cerca exterior*, ou dos Padres.

Era uma praça cujo horário de funcionamento estava estabelecido, com períodos de ocupação diferenciados para Inverno e Verão. Esclareceram os visitantes em Setembro de 1702, que “*as portas do Patio que vão para a Villa e Aborrida se fechem ambas com chaves pello Inverno as 8 horas da noute e pello Verão as 10, e que a chave da porta que vai para a Villa se entregue ao Padre Confessor, e a da Aborrida ao Padre Feitor*”.<sup>21</sup>

A pedido das religiosas aí se passaram a realizar, duas feiras anuais a partir de 1647, uma no dia de “*sam Bras o primeiro de Fevereiro e outra no mês de Julbo no dia da Tresladação do Gloriozo Padre Bento*”.<sup>22</sup> Estas feiras faziam já parte da tradição arouquense, e tinham lugar na vila. Mas porque a “*villa he limitada*”, e o local onde se realizavam encruzilhada das estradas públicas para o Porto e Lamego, obstruindo assim a circulação dos transeuntes com as tendas dos mercadores, justifica a nova orientação das religiosas. Na qualidade de donatária e como responsável do bom funcionamento da vila, a Madre Abadessa pede a D. João IV que essas feiras se realizem no Terreiro do Mosteiro “*que he largo e muito*

<sup>21</sup> I.A.N./T.T. – Mosteiro de Santa Maria de Arouca. Livro 1, n/p.

<sup>22</sup> I.A.N./T.T.- Mosteiro de Santa Maria de Arouca. G.1, M.3, Doc. 6.

*mais conveniente e capas e desocupado para se fazerem*”, solicitação que encontra pronta resposta régia. Por uma determinação de visita do ano de 1716 podemos inquirir esta preocupação com a ordem pública na vila, que tinha com certeza subjacente a satisfação das necessidades sumptuárias das religiosas trazendo para dentro de muros os mercadores, aos quais adquiriam artigos desnecessários a uma vida regral. Sabemos que os locutórios eram locais não só para as recolhidas receberem os seus visitantes, mas também para aquisição de produtos que os vendedores aí levavam.

Diariamente o Terreiro - a praça da inter-relação entre o público e o privado - era percorrido por pobres que se dirigiam ao Celeiro a fim de receberem os donativos cerealíferos que a beneficência do Mosteiro contemplava, facto que acontece pelo menos até ao ano de 1834 quando teve lugar a última distribuição de esmolas à porta da Tulha. Nele brincavam, de manhã até á noite, os filhos dos moradores da vila, fazendo tais “*algazarras*” que perturbavam o recolhimento das religiosas, justificando-se o seu protesto contra tal situação.<sup>23</sup>



**Fig. 4** - Terreiro do Mosteiro no início do Séc. XX.

Era este o espaço principal revelador da inter-relação entre sociabilidades de clausura e modos de vida estranhos à comunidade. Era, se assim o quisermos entender a praça privilegiada para a vida de relação justificada pela existência da instituição monástica. Funções económicas, administrativas, de lazer e de natureza caritativa nela tiveram lugar. Era também o local onde ocorriam as manifestações festivas oferecidas à população da vila pelo mosteiro. Era o seu espaço de afirmação dos poderes temporais. Um espaço de representação e encenação do poder monástico.

<sup>23</sup> A.U.C.- Mosteiro de Santa Maria de Arouca, Caixa 12. Doc. Avulsa.

Para tanto, as fachadas que o enquadravam eram engalanadas, em dias festivos, com decorações efémeras e com luminárias. Aqui desfilaram os convivas dos festejos de 1793 - festa da beatificação de D. Mafalda - e aqui recitaram poetas e actuaram artistas para recreio das religiosas. Espaço das profanidades.

Assim, no entorno do Mosteiro propriamente dito, abriam-se dois espaços nos quais se misturavam modos diferentes de viver o tempo entre o sagrado e o profano, entre a vida de clausura e a vida laica. Duas praças, justificadas pela existência do Mosteiro, e nas quais se reflectem inter-dependências plurais: entre o mosteiro e a vila; entre a sociedade monacal e a sociedade temporal; entre o lazer e a oração.

Entre-se, no mundo fechado das monjas arouquenses. As dependências monásticas organizam-se à volta de três espaços abertos quadrangulares, definindo uma enorme caixa de luz central, cuja intensidade aumenta ao ser projectada sobre as paredes brancas do edifício. Assim, a uma construção, que no seu contorno externo aparece fechada ao mundo, podendo, eventualmente, sugerir uma espacialidade obscura e sombria, sem lugar para espaços abertos, somos confrontados com um turbilhão de luz natural que percorre todos os espaços construídos da cidade.

Sob o ponto de vista funcional enquanto a praça central – o claustro – e o pátio sul ou *Terreiro dos Comuns* aparecem justificados pela própria articulação que proporcionam entre as várias dependências monásticas. Porém, no pátio norte dilui-se a sua funcionalidade no conjunto da cidade edificada. Não terá sido ele o resultado de demolições anteriores cuja manutenção e permanência deixaram de ter sentido no contexto das edificações da cidade ideal pela sua substituição por novas edificações durante o processo de ampliação no 1.º terço do séc. XVIII.

No corpo das portarias, os locutórios, e entre estes e o claustro um corredor de acesso ao pátio norte e daí ao coro.

O pátio sul era uma zona considerada de serviço. No eixo da portaria que o liga ao Terreiro, um portal de acesso à cerca conventual. No extremo situava-se a casa das Madres Porteiras, e casa da roda. No corpo que o limita a sul, cujo nível inferior servia de armazém, mais uma ligação com a cerca. Define, no seu conjunto, uma praça fechada, em forma de rectângulo alongado, sendo o lado maior a largura do claustro. Por aqui desfilavam, fundamentalmente, os serventuários e criadagem do Mosteiro para acesso aos armazéns, cozinha e cerca. Os outros dois espaços abertos eram percorridos, sobretudo, pelas religiosas – monjas, conversas e educandas – nos seus afazeres quotidianos.

Paraíso, Quinta, Herdade, Palácio, são termos usados pelas monjas arouquenses quando se referem ao seu Mosteiro,<sup>24</sup> e, como salienta Duby, era “*da Jerusalém*

---

<sup>24</sup> A.P. – Ms cit., n.p.; ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – Santa Rainha Mafalda: Um modelo de perfeição. A construção da memória pelas monjas de Arouca no século XVII. In. *Actas do Colóquio Internacional Cister – Espaços, Territórios, Paisagens*. p.245-246.

*Celeste, que a abadia pretendia ser a imagem. Eis a razão pela qual ela tinha, vista do exterior, a aparência de uma praça-forte. Cidadela do bem, inexpugnável, guarnecida de torres, sofrendo investidas das forças do mal, mas desafiando-as. Ativa, inacessível a tudo o que rasteja ao nível do solo”.*<sup>25</sup>

## 2. Do espaço ideal ao espaço real: a inter-acção entre Mosteiro e Vila

Configuração Urbana de Arouca no Século XVIII: Principais Edifícios e Espaços Abertos



**Lenda**

- |  |                        |
|--|------------------------|
| A. Mosteiro  | 1. Terreno do Mosteiro |
| B. Hospedaria dos Padres                           | 2. Terreno de Terra    |
| C. Igreja de São Bernardino e Capela de São Loupão | 3. Praça do Frio       |
| D. Igreja de São Martinho e Praça Municipal        | 4. Praça da Cima       |
| E. Hospedaria de Terra                             |                        |
| F. Capela de Santo António e Adro                  |                        |
| G. Quinta das Moleiras e Capela Paroquial          |                        |
| H. Capela de Espírito Santo e Adro                 |                        |
| I. Calçada   |                        |



Fotografia Aérea Atualizada  
Fonte: (1983/1991 - 2000 - C. M. A.)

**Fig. 5** - Esquema de Arouca e Mosteiro.

À sombra do velho mosteiro, definia-se o casario denominado “*Burgo de Cima*”, como o nomeia o foral manuelino concedido à vila de Arouca,<sup>26</sup> por oposição a Vila Meã do Burgo, ou Burgo Novo.<sup>27</sup>

O aglomerado urbano do Burgo de Cima era composto, em meados do século XVIII, por escassos cento e sessenta fogos, cujo casario se agrupava em algumas ruas. Isto tendo em conta as informações desse século, porque, a acreditar na opinião de Pinho Leal, no século XIX, que não se poupa a advertir os “*que nunca foram a Arouca, que aqui não há ruas. A villa é composta de meia duzia (se tanto) de betesgas e beccos, estreitos, tortos, porquíssimos, alguns mal calçados outros por calçar. Aperta-se o coração ao viajante que vae a primeira vez a esta villa, que, sendo cabeça de uma comarca fertilíssima e riquíssima, esteja no mais reprehensível e ignobil abandono*”.<sup>28</sup> Mas sejamos prudentes na interpretação do

<sup>25</sup> DUBY, Georges – *São Bernardo e a Arte Cisterciense*. Porto: Ed. Asa, 1997. p. 54-55.

<sup>26</sup> A.R.I.R.S.M.- Foral de D. Manuel, fl. 3. SILVA, Filomeno Amaro Soares da – *Os Forais do Burgo e de Arouca. As Cartas de Couto do Mosteiro de Arouca*. Arouca: Ed. Associação para a Defesa da Cultura Arouquense, 1994; FIGUEIREDO, Maria Amélia Santos; NOITES, Angelina Soares – *O Foral de 1513*. Arouca: Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 1995.

<sup>27</sup> SIMÕES JUNIOR, Manuel Rodrigues – Couto de Arouca. Um Foral inédito dado ao Burgo de Vila Meã. In. *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Vol. XVI, n. 61, 1950. p. 39-53.

<sup>28</sup> LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho – *Portugal Antigo e Moderno. Dicionário Geographico, Estatistico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Bigrafico e Etymologico de todas as Cidades, Villas e Freguezias de Portugal*. Vol. I. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, 1873. Vide Arouca (pp. 238 Z- 238GG), p. 328 BB.

seu julgamento. O autor fala em “*ignobil abandono*”, estando, portanto, implícito uma decadência que ele próprio testemunhou, visível, além do mais, nos arruamentos públicos da vila, que por acaso é coincidente com o declínio da vida monástica dessa instituição concelhia. E continua a sua apreciação da vila:

*“quem vae a primeira vez à villa de Arouca, e vê de 6 kilometros de distância o magestoso convento de freiras, e até chegar a elle, julga que vae entrar em uma linda e grande cidade; mas apenas entra na villa fica horriavelmente desapontado.*

*A villa de Arouca (ã excepção das bellas casas dos herdeiros do sr. commendador Brito e de poucos mais, soffríveis) não é senão um amontoado de casebres velhos e esburacados, feitos de palha e barro (onde hã tanta e tão boa pedra) e suas ruas não passam de becos torto, estreitos, immundissimos e mal calçados”.*<sup>29</sup>

Identica opinião depreciativa emite Abel Acácio pela mesma altura:

*“Hoje conta Arouca 966 habitantes, pouco dados em geral ao asseio (qualidade aliás predominante em toda a Beira); e pôde dizer-se que não tem senão dois arruamentos: um em declive, na descida do Arressaio para a villa e outro seguindo-se a este quasi em angulo recto, e conduzindo à praça, onde pousam o convento e a igreja matriz. As suas construcções são tristonhas, tôscas e mesquinhas”.*<sup>30</sup>

Um núcleo urbano que se desenvolveu de forma orgânica seguindo os caminhos pré-definidos que ligavam o Mosteiro ao exterior, nomeadamente a Lamego, ou aos lugares e freguesias vizinhas. Deambulamos pelas suas ruas e ruelas tortuosas procurando imagens de tempos pretéritos. Subimos a Rua Darca, cujo traçado remonta aos tempos medievais, sendo esta uma das ruas mais documentadas da vila<sup>31</sup> e encontramos no seu limite, ao lado direito, sobre afloramento granítico, um Calvário, composto por várias cruces e púlpito, tudo em pedra, cenário para celebrações religiosas quaresmais,<sup>32</sup> e desembocamos no pequeno adro da capela do Espírito Santo. Edifício onde são visíveis ainda traços arquitectónicos do século XIV e de onde se administrava o viático aos enfermos dos lugares vizinhos.<sup>33</sup> Uma

<sup>29</sup> Idem – ibidem. p. 238 DD.

<sup>30</sup> ACCACIO, Abel – O Mosteiro de Arouca. II. Arouca. *O Occidente. Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro*. Vol. VI. n. 178. Lisboa, 1883. p. 268-269.

<sup>31</sup> SILVA, Filomeno – *Arouca D’Ontem*. Arouca: Associação para a Defesa da Cultura Arouquense, 1993. p. 24-25.

<sup>32</sup> O percurso da Via-Sacra na Vila, partia da igreja conventual, subia a rua dos Currais em direcção à capela de Santo António, descia para a núcleo baixo, subia a Rua Darca e terminava no Calvário e capela do Espírito Santo. Neste itinerário restam ainda algumas cruces em pedra. GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico da Zona de Nordeste do Distrito de Aveiro*. Vol. XI. Lisboa: Academia Nacional de Bela Artes, 1991. p. 69.

<sup>33</sup> BRANDÃO, D. Domingos de Pinho; LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha – *Arouca. Notas Monográficas*. Arouca: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1991. p. 58.



Fig. 6 - Esquema urbano de Arouca e Mosteiro.

casas ribeirinhas, por o seu caudal ter transbordado o leito, foi resolvido, pelo município, o seu encanamento.<sup>36</sup> A ligação entre as duas margens era assegurada por duas pequenas pontes pedestres de madeira e uma terceira de carro, junto da Aborrida e campos de cultivo do mosteiro.<sup>37</sup>

Na rua da Ribeira, uma casa sobradada, com varanda de madeira avançada no primeiro andar. Sobre a porta central das três que compõem o piso térreo, pode ler-se numa inscrição NON SINE INVIDIA ANNO 1686, evidenciando a época da sua construção.

das cruzes do Calvário apresenta num letreiro no pedestal a data de ANNO 1627; o púlpito circular o ano de 1643.

Pelo caminho ficou a casa particular mais imponente, toda em granito aparelhado, com programa arquitectónico sobre portais e janelas que remonta á arte do tempo de D. Manuel, que foi pertença dos Malafaias, com a sua capela anexa que abre directamente para o espaço público, dedicada a Jesus, Maria e José, já de data posterior. Como salientou Nogueira Gonçalves, este edifício é composto por uma “*vasta composição unificada de casas antigas e modernas*”.<sup>34</sup>

Para os lados do Mosteiro terminava na rua da Ribeira, rua esta que seguia paralela ao rio Marialva,<sup>35</sup> numa margem, e na outra a Rua Direita. Este rio tão necessário que foi ao quotidiano dos moradores da vila – aqui lavavam os trapos domésticos as mulheres arouquenses –, correu a céu aberto até ao ano de 1945, altura em que na sequência

de cheias que provocaram inundações nas

<sup>34</sup> GONÇALVES, A. Nogueira – Op. Cit. p. 71.

<sup>35</sup> SILVA, Filomeno – Op. Cit. p. 25.

<sup>36</sup> Idem – ibidem. p. 26-27.

<sup>37</sup> “*Tambem há bum riachbo, que passa por esta villa que tem duas pontes de pe e de pau ao fundo da Rua da Lavandeira chama-se a ponte de sima, e outra bindo para a Ribeira sita ao direito da cadeia desta villa, e tem boutra ponte de carro ao campo do Mosteiro por baixo da Borrída desta villa, este riachbo be piqueno não tem mais pontes e nem cria peixe nenbum e nem tenbo mais que emformar deste riachbo que be muito piquenino; e nase logo asimo desta villa*”. BRANDÃO, D. Domingos de Pinho; LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha – Op. cit. p. 65.

Subimos a antiga rua dos Currais, que parte do Mosteiro para os lados de Moldes, e encontramos no seu término a capela de Santo António.<sup>38</sup> Para esses lados ficava a Quelha do Cortinhal.

Genericamente o aglomerado urbano de Arouca desenvolvia-se, até ao século XIX, em dois núcleos. Tomando como referência o Mosteiro, um, dilatava-se para Nascente deste, dominado nas extremidades pela Capela de Santo António e pegado à capela-mor da igreja conventual, a casa da Câmara. Compreendia, além de outras, as ruas dos Currais, Santo António, Aro e Quelha do Cortinhal. O outro, mais povoado e urbanizado – entre as várias ruas que o compunham destacam-se Darca, Lavandeira, Direita, Mourisca, S. Bartolomeu, Granja, Agualva, Beco - desenvolvia-se para Norte, e compreendia um pequeno declive até ao rio Marialva, e depois subia até ao Calvário.

Era neste núcleo onde se encontravam os edifícios mais imponentes da vila. Compreendia duas praças: uma, a chamada *Praça de Sima*,<sup>39</sup> em frente à *Hospedaria de Cima* do Mosteiro, e ao fundo da rua de S. Bartolomeu,<sup>40</sup> a *Praça da Vila*, ou de *Baixo*, que abrangia a Misericórdia e a cadeia e fazia esquina com a *domus municipalis*. Saliente-se que esta rua fazia a ligação da Hospedaria, com a Praça da Vila, e passava por trás da igreja matriz da Vila – igreja de S. Bartolomeu – que se situava dentro dos muros conventuais, entre a actual igreja e o edifício da Misericórdia.

O que podemos dizer do casario da vila?

Dos cento e sessenta fogos que se distribuía pelas ruas públicas de Arouca, aproximadamente 43% eram pertença do Mosteiro, o que bem evidencia a preponderância que a instituição possuía sobre a construção habitacional desta vila. As casas eram, na sua maior parte, compostas por piso térreo e andar e possuíam de pequeno quintal anexo, onde marcavam presença as ramadas com videiras. Uma das casas da rua da Lavandeira apresentava ainda uma ramada sobre a rua, em frente à habitação.

No primeiro andar, algumas casas eram dotadas de balcão ou varanda que dava para o espaço público. A existência de eiras, palheiros, currais e quinteiros, ilustram-nos um casario onde a actividade rural, não era estranha aos seus ocupantes.

Concluindo-se, pode-se afirmar que quase metade da população da vila dependia directamente do Mosteiro.<sup>41</sup>

<sup>38</sup> BRANDÃO, D. Domingos de Pinho; LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha – Op. Cit. p. 61.

<sup>39</sup> A.U.C – Mosteiro de Santa Maria de Arouca, n. 214, III, 1ª D, 13, 3, n. 34, fls. 92-94v.

<sup>40</sup> SILVA, Filomeno – Op. Cit. p. 22-23.

<sup>41</sup> No início do século XVIII as religiosas de Arouca pedem autorização régia para fazerem “*tombo, medição e demarcação de todos os bens e propriedades e foros que a ellas e seu Mosteiro pertencião, assim nesta Villa de Arouca, e seus termos, de que o dito Mosteiro hera donatário, como de outros que tinhão nesta comarca de Lamego, e na de Esgueira e Antre Douro e Minho e outras partes*”. Em 26 de



## 2.1. A Praça Pública

Era esta a praça principal do aglomerado urbano. Aí se realizava feira no dia de S. Bartolomeu, juntando-se muita gente, que aproveitava a data para fazer romaria ao Santo, trazendo-lhe “*suas offertas pelos milagres que obra por sua intercessão*”.<sup>42</sup> Dos edifícios que compõem a praça, a construção mais antiga, que ainda subsiste, data de 1612, conforme pode ler-se no friso do portal da capela da Misericórdia, onde se acrescenta DEVOTI FACERE, embora com o apoio da abadessa do Mosteiro. Possuía hospital anexo, que já se encontrava extinto em meados do século XVIII, “*pelo pouco cuidado de quem concorre com a sua administração*”.<sup>43</sup>

Era também nesta praça que se situavam a Câmara e a Cadeia.

A partir do ano de 1771 notam-se movimentações régias para a construção de *nova cadea e caza da camera*. Segundo informação que o Corregedor da Comarca de Lamego transmite aos juizes e oficiais de Arouca e Burgo, esclarece que já se tinham contactado os mestres pedreiros, para fazer a “*obra requerida na forma dos apontamentos*”.<sup>44</sup> Objectivo que demoraria décadas a chegar ao seu termo,<sup>45</sup> e só

---

Junho de 1706 foi-lhes satisfeita a sua petição. Pela parte do Mosteiro, e nomeado pela Madre Abadessa, foi procurador neste processo o religioso cisterciense Padre Fr. Pascoal de S. Bernardo, enquanto pela parte do poder central a incumbência era do Doutor Mateus Afonso Soares. Deste levantamento que se prolongou ainda pela década de dez adiante, resultaram três tomos que se conservam no Arquivo da Universidade de Coimbra. No Tombo n. 204 transcrevem-se documento de interesse, como igrejas do padroado do Mosteiro e reconhecimento dos vigários de cada uma (fls. 18v-22v), doação de D. Afonso III em latim (fls. 23v-26v) e português (fls. 26v-29), traslado do foral de D. Manuel I (fls. 30v-38), privilégio do Corregedor da Comarca não fazer correição na vila de Arouca (fl. 39), etc. . A propósito de situações de crime a abadessa esclarece: “sempre tiverão nesta villa de Arouca, e nesta posse estão de tempo que a memoria dos homens não acordão o contrario, e nunca se costumou a pedir ao Doutor da Comarca de Lamego o seu parecer” (fl. 45). Transcreve-se ainda um carta régia de 23 de Julho de 1526, a confirmar-lhes a posse de *escrivão privativo dos prazos e contratos desde o tempo da Rainha D. Mafalda, que a dita caza e Mosteiro edeficou* (fls. 50-51). A.U.C.- Mosteiro de Santa Maria de Arouca, (Tombos), n. 204, III, 1ª D, 13, 3, n. 24; Idem – n. 214, III, 1ª D, 13, 3, n. 34; Idem – n. 215, III, 1ª D, 13, 3, n. 33.

Embora não refira a fonte cf. COSTA, M. Gonçalves da – História do Bispado e Cidade de Lamego. Vol. VI. Lamego: s/e., 1992. p. 759.

<sup>42</sup> BRANDÃO, D. Domingos de Pinho; LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha – Op. Cit. p. 57-58.

<sup>43</sup> CARDOZO, P. Luiz – *Diccionario Geografico ou Noticia Historica de Todas as Cidades, Villas, Lugares*. T. I. Lisboa: Regia Officina Sylviana e da Academia Real, 1747. p. 580.

<sup>44</sup> 27 de Agosto de 1771:

“... e foi preposto a todos por elle Corregedor a ordem que tinba de Sua Magestade para se informar sobre a nova Cadea e Caza da Camera de que já tinha precedido a huma averiguação que se fez na mesma com os Mestres para isso chamados e que para effeito de se fazer a obra requerida na forma dos apontamentos percisava de se estabelecer o meio o que mais suave fosse para se pagar a empportancia da mesma obra”, decidindo-se lançar um imposto sobre os vinhos e carnes que se vendessem no concelho, cuja receita seria investida na construção pública. A.M. A. – Actas de Sessão da Câmara, L. n. 3 (1765-1776), fl. 76v.

<sup>45</sup> Numa acta de 10 de Fevereiro de 1810 pode ler-se:

“...e mais em hum recibo que apresentou que fizeram de despeza com a Caza da Cadeia 18.410 reis cuja coantia he pertencente aos reais do vinbo e carne lançado ao povo para as obras publicas desta vila...”. A.M. A. – Actas de Sessão da Câmara, L. n. 5 (1809-1817), fls. 7-7V.

nos anos trinta do século XIX, as obras se aproximavam do seu termo, tratando-se da cobertura dos imóveis.<sup>46</sup>

À delonga da construção não pode ser estranha a conjuntura política que se vive em Portugal, e que se repercute nos assuntos municipais. Como sabemos, em 1776 as monjas arouquenses perdem todos os seus privilégios ancestrais, inclusive o da nomeação dos pelouros camarários, situação que apenas seria reposta três anos mais tarde. Depois, o clima das invasões francesas que atemoriza também a paz das religiosas, sediando-se na vila um esquadrão, ao que se seguiu ambiente de crise socio-política de instauração do regime liberal. Todos estes factores tiveram reflexos directos no sector económico, e a instabilidade política não se compadece com empreendimentos de vulto.<sup>47</sup>

## 2.2. O Progresso, a demolição e o novo

O tempo, essa certeza contínua, na sua marcha para a frente agita as consciências pelos ventos fortes, carregados de novos pensamentos, novas idéias, novas formas de olhar o espaço que o homem respira. Renovam-se as idéias, alteram-se as instituições, mudam-se os regimes políticos, e os valores de ontem passam a ser isso mesmo: valores do passado. Passado que se quer esconjurar vestindo com roupagens diferentes imagens construídas pedra a pedra, num tempo que corria menos acelerado. Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades, e o mundo é carregado de mudança, diz o poeta. Criam-se então novos ideais, e com eles novos referências que materializem essa mudança. Eis, enfim, o progresso. E aquele núcleo urbano multicentenário vai ver a sua imagem construída transformar-se num abrir e fechar de olhos. Em prol desse caminho progressista, arrasam-se templos, demolem-se casas, e surgem espaços novos carregados também, com aquilo que de bom o novo transporta, e que oferecem resposta directa aos novos ideais que se pretendem assimilados. Altera-se a memória, muitas vezes pelo esquecimento, e pelo atropelamento dos valores passados. É muito difícil conciliar o antigo com

<sup>46</sup> 6 de Junho de 1829:

“...A Camara chame perante si sub pena de prisão o rematante dos reais destinados à obra da cadeia e lbe tomem na conta do que já entregou e do que deve retirandos ou não comparecendo o madem prender, ou a seus fiadores e os constrajão a todos a pagarem logo o dinheiro que deverem, e isto debaixo de responsabilidade sua, e qualquer dinheiro que apurem seja para o arrematante da Cadea e continue a obra que de tanta necessidade he. Como he mui grande o prejuizo da não conclusão e acabamento da Cadeia, determina que requerirão a El Rei N. Sr. a graça de continuarem os reaes antigos ate que se reuna o dinheiro necessario para taes obras, e entretanto pode a Camara lançar mão e dispôr dos sobejos das sizas que houver ate ao menos se cobrir a Cadea, e ao depois se repartirão, ou se abonarão, porque há Provizão e determinação Regia para pellos bens das sizas se mandarem fazer e concertar as Cadeias...”. A.M. A. – Actas de Sessão da Câmara, L. n. 7 (1829-1835), fl. 4v-5v.

<sup>47</sup> No ano de 1823 porque o dinheiro arrecadado não fosse suficiente para continuar as obras empreendidas – “por non ser o mesmo suficiente quantia continuar-se na obra da Caza da Câmara” –, resolvem aplicá-lo na edificação de uma ponte de pedra sem arcos, como antigamente se havia acentado, e com largura de doze palmos. A ponte seria levantada na entrada da Vila em direitura a Monte Santo. A.M. A. – Actas de Sessão da Câmara, L. n. 6 (1822-1824), fl. 38v-39v. Ver tb. fólhos segs.

o moderno. Foi ontem, é-o hoje, e continuará a ser amanhã. Quando se fala de intervenções no património construído, o interventor está sempre no fio da navalha.

Eis o ambiente que se vive em Arouca no século XIX.

Em Arouca esse clima progressista chega muito cedo. É o que se detecta quando se analisa o pulsar da vida municipal através dos seus registos escritos. Velocidade e eficiência parecem ser lema. E aqueles velhos caminhos percorridos durante séculos por mulas e caminheiros, já não servem para os dias em que mais do que nunca o tempo é também medido como dinheiro.

Em menos de trinta anos o projecto de desenvolvimento da Vila de Arouca, muda claramente de direcção. Deposta a abadessa arouquense do seu poderio sobre a vila em 1834, o município apresenta ao governo central um rol das suas ambições e melhoramentos que esperavam para o concelho.<sup>48</sup> Das mãos da soberana da cidade ideal, o poder transita para do domínio público: a cidade real.

A partir da década de sessenta do século XIX, é notória uma programação global no arranjo das ruas da vila, nomeadamente ao nível da pavimentação, passeios e até na abertura de uma nova artéria próxima da Praça da Vila. Mas estes arranjos urbanos, não são apenas ao nível do solo. O cenário da rua, as casas com as suas fachadas pátios e escadas, vão também sofrer alterações que as regularizem com os passeios. Onde mais se faz sentir esta modificação é nos balcões que as casas possuíam no piso nobre e avançavam sobre o espaço público. Procuram-se fachadas alinhadas, dando uma nova fisionomia que contribuiria para o “*afermoziamento*” da vila. Entram em confronto a gestão dos espaços públicos e dos espaços privados, nem sempre de forma pacífica. Por exemplo, quando a Câmara pretende intervir na Rua Direita um dos seus moradores opõe-se a “*fazer remover e demolir uma escada com um valcão ao cimo*”, anexo à casa que possuía naquela artéria, pedindo o edil camarário que tentassem, a bem, convencer o proprietário da premência dessa transformação, caso contrário iriam para a expropriação.<sup>49</sup>

Esse arranjo não se compadecia com velhos monumentos, corrompidos pelo tempo e pelo uso. Quando em Março de 1870 o pároco da vila, Manuel de

<sup>48</sup> A.M.A. – Actas da Câmara, Liv. 7 (1829-1835), fls. 175v-176.

<sup>49</sup> 1867-20 de Fevereiro:

“...declarou que sendo d’urgencia a reconstrução das ruas que segue desta caza e Paço do Concelho até a esquina da Cadeia e fichar na que se achá feita de novo não era menos urgente melhorar na sua forma a mesma Rua, uniformando e regularizando os passeios e pateos de entradas de cazas que confinão pelo lado do Nascente com a mesma Rua as quaes actualmente se achão uns com maiores outros com menor largura e uns com maior outros com menor elevação, apresentando um aspecto irregular e ate repugnante; assim como julgava de necessidade fazer remover alguns obstruentes que tornando irregular o alinhamento da Rua obstavão ao seu afermoziamento; que para este fim se tinha entendido com os donos dos predios confinantes que em geral se prestavão de bom grado a sofrer nas suas testadas as modificações que se julgacem conducentes ao fim que se tem em vista, com tanto que não sufrecem ruina seos predios”.

A.M.A. – Actas de Sessão da Câmara (1861-1870), Livro 14, fls. 196v-198v.

Almeida Baptista, atendendo ao “*lastimozo estado de ruina e avandono*” em que se encontrava a matriz de S. Bartolomeu propõe à Câmara o lançamento de uma derrama pela freguesia a fim de se fazerem os consertos precisos no edifício, o presidente é peremptório reafirmando a reorganização de que o espaço urbano vinha sendo alvo. Para tanto propõe, peremptoriamente a demolição do velho templo. E assim viria a acontecer: a matriz foi demolida.

A época era de desenvolvimento, cuja raiz se encontrava associada a progressão económica. Para quê salvar um velho monumento, fazendo recair sobre a população um imposto para a sua conservação quando havia outro bem próximo que, em melhores condições, e “*por ser um templo magestoso*”, podia satisfazer as suas exigências espirituais? E mais: as suas pedras podiam servir para novas construções condizentes com os ideais da época, neste caso concreto para vedação do cemitério almejado para a vila.

Com um sentido bem prático, de uma paulada só, atingiam-se vários alvos. Ocupava-se a igreja conventual, assim que a última religiosa passasse da vida terrena, evitando-se futuros gastos com a sua manutenção. E se a vila estava na onda do “*progresso e presumido desenvolvimento do concelho*”, necessitava de uma praça central mais espaçosa, o que se conseguiria unindo a antiga Praça da Vila com o adro e espaço ocupado pela matriz, delineando-se “*uma nova praça*”.<sup>50</sup>

Quem não acatou essa resolução foram as derradeiras religiosas do mosteiro, uma vez que efectivamente só depois da morte da última, em 1886, é que teriam lugar os pretendidos melhoramentos. No ano de 1893, já a igreja tinha finado e numa tentativa de valorizar os restos construtivos do templo, a junta de paróquia ofereceu as pedras para a construção de uma capela no cemitério municipal que, entretanto, a Câmara achava de inadiável urgência a sua edificação. Informa o presidente, em 13 de Julho, que já havia inclusive mandado fazer a planta para a capela cemiterial, decidindo-se de imediato colocar a obra para arrematação no próximo dia treze de Agosto.<sup>51</sup>

Mas nesse recuado ano de 1893 a praça da vila assumiria nova imagem, recebendo os melhoramentos decididos em 1870. Tratava-se, então, de convidar

<sup>50</sup> Idem – ibidem.

<sup>51</sup> 1893- 13 Julho:

*“Em seguida pelo Presidente foi dito que achando-se incluída no orçamento do corrente anno a respectiva verba devidamente approvada para a construcção da Capella do Cemiterio Municipal d’este Concelho e para a qual a Junta de Parochia da freguezia de São Bartholomeu d’esta Villa offereceu os materiaes da antiga Igreja que demoliram, appresentava a planta que mandou elaborar e orçamento para a mesma obra e propunba para que a Camara deliberasse se se deve ou não pôr em arrematação a mesma obra, a qual é de urgente necessidade. E a Camara tendo em consideração a proposta do Presidente, deliberou por unanimidade que a mesma obra se pozesse em arrematação no dia treze de Agosto proximo, na forma da planta e orçamento”.*

A.M.A. – Actas de Sessão da Câmara (1890-1894), Livro 18, fl. 142-142v.

um Engenheiro para “fazer a planta da praça d’esta Vila”, e o seu consequente embelezamento com a colocação de um chafariz central. Para animar o aparato decorativo com a imprescindível água, recorreram às reservas hídricas que regavam a cerca da milenária instituição monástica.

Se neste novo ideário os interesses privados eram submetidos pelos públicos, estes impunham, também, a sua chancela sobre os interesses religiosos. A intenção do padre de proteger e preservar para o futuro a quinhentista capela de S. Bartolomeu e depois matriz, não encontraria eco. Os ideais eram outros, como outros eram os tempos.

E agora, talvez se compreenda melhor a pertinência da observação de Esteves Pereira no ano de 1904: “*Quem há dez annos sabisse de Arouca, e regressasse hoje, difficilmente reconheceria os locais onde foram a praça, a igreja matriz e muitos outros que o progresso, a civilização e a hygiene teem transformado com a construção de bons prédios e ruas espaçosas, que teem aformoseado a villa*”.<sup>52</sup>

### 3. Conclusão

Tal como em Portugal, no Brasil colonial, os Mosteiros foram estruturas que marcaram de forma indelével o desenvolvimento do fenómeno urbano. Se a organização do espaço monástico seguiu princípios cuja raiz se encontra no legado greco-romano assimilados, depurados pela utopia do pensamento cristão, o seu poder económico e simbólico no seio da sociedade do Antigo Regime, fizeram extravasar para além dos muros claustrais influências directas na formação e desenvolvimento dos núcleos urbanos que os sustentavam. Realidade reconhecida de ambos os lados do Atlântico. Porém, a situação politico-social do século XIX em ambos os países, incutiu um novo rumo à História das Mentalidades, e os Mosteiros tornaram-se peças mortas, sem qualquer significação para a definição do fenómeno urbano que se queria progressista e moderno, seguindo um novo ideário que não se compadecia com os referências simbólicos do passado.

A primeira atitude foi o abandono dessas cidades ideais, cortando o vínculo que se estabelecia entre a cidade ideal e a real. Os Mosteiros foram deixados ao abandono. O seu peso no referencial histórico da cidade foi esquecido, perdendo-se, como tal, um valor simbólico de identidade.

Em Portugal e no resto da Europa, nas duas últimas décadas do século XX, aos Mosteiros vem sendo dedicada uma renovada atenção, pelas suas polifacetadas influencias sociais e culturais no ciclo da história humana, cujo cenário privilegiado

---

<sup>52</sup> PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme – Portugal Dicionario Histórico, Chorográfico, Heraldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico. Vol. I. Lisboa: s/e.,1904. p. 729.

é a cidade. Não se pode entender a cidade histórica sem se esclarecer bem essa interdependência de fenómenos urbanos.

Hoje os Mosteiros são revisitados pela pesquisa, e o seu capital simbólico vai entrocando no quotidiano dos núcleos urbanos que os preservam. Projectam-se intervenções nesses espaços plurais que compunham o Mosteiro. São um factor de identidade local e de desenvolvimento socio-cultural e económico das cidades que os possuem. Tradição, cultura e inovação, é uma triologia que deve estar de mãos dadas, e nos Mosteiros sempre esses três vectores foram informes profundos do quotidiano.

Em Portugal, ao mesmo tempo em que se vem resgatando a importância que as instituições monásticas tiveram no passado, vai-se intervindo nessas edificações pluri-centenárias tornando-as de novo vector de desenvolvimento das cidades onde se implantam. Os conjuntos urbanos de Arouca são um exemplo subido dessa metodologia.